

ENTREVISTA: JAIME PINSKY

“Professor é o elemento-chave para revolucionar a educação no Brasil”

PARA O EDUCADOR, A SOCIEDADE NÃO TEM APREÇO PELO PROFESSOR, QUE DESENVOLVE UMA VISÃO DEPRECIADA DE SI MESMO. A CAPACITAÇÃO PODE RESGATAR SUA AUTO-ESTIMA

A falta de uma política de longo prazo é freqüentemente apontada por especialistas como um dos grandes problemas da educação no Brasil. Poucos, no entanto, se arriscam a sair do lugar-comum e propor uma mudança radical de foco nas políticas públicas para o setor. Dono de um currículo respeitável, Jaime Pinsky, paulista de Sorocaba, licenciado em História e docente de instituições como USP, Unicamp e Unesp, defende a tese de que a recuperação da qualidade do ensino começa com a requalificação dos professores.

A premissa que, na sua opinião, precisa ser radicalmente transformada, é simples mas essencial para a melhoria da qualidade da educação: a sociedade não tem apreço pelo professor, que não é visto como uma pessoa importante e que, portanto, acaba desenvolvendo uma visão depreciada de si mesmo. Ao lado disso, os governos de todos os níveis e por décadas seguidas têm preferido investir em livros didáticos e equipamentos, que produzem mais visibilidade.

Ao mesmo tempo, o Brasil é um país preocupado com a educação. Essa contradição, no entender de Jaime Pinsky, demonstra que os políticos não acreditam no poder transformador da educação. Assim como a Alemanha em poucos anos conseguiu “nazificar” toda, ou quase toda, sua população (nos anos 30), se vê que a escola continua sendo ainda hoje um instrumento social extremamente forte, para o bem e para o mal, compara. “Precisamos usar a estrutura da escola para fazer um trabalho muito grande com os docentes”.

Autor e/ou organizador de 23 livros e conferencista, Pinsky teve a oportunidade de conhecer experiências variadas em países tão diversos como Estados Unidos, México, Porto Rico, Cuba, França e Israel. Respalado nesses estudos, ele defende que um “choque de qualidade” no sistema educacional brasileiro é absolutamente

necessário e urgente, mas só faz sentido se começar pela recuperação do respeito ao educador, na escola e na sociedade.

“O pressuposto de uma escola, num país em que há separação entre público e privado, é que ela seja universal, pública e de boa qualidade”, afirma. O raciocínio é que a escola, nestas circunstâncias, se torna um elemento de redução das diferenças sociais, um local democrático, onde as oportunidades para todos se tornam mais próximas. Pinsky lembra que a escola pública dos anos 40 e 50 do século XX tinha qualidade mas era excludente. A qualidade persistiu razoavelmente até o início dos anos 60 e a derrocada teria começado quando camadas maiores da população passaram a ser atendidas.

Como pensador da educação, ele vê a incompatibilidade entre inclusão e qualidade como resultado de políticas públicas equivocadas e da falta de determinação dos sucessivos governos, praticamente sem exceção. A constatação de que a escola piora à medida que se torna mais universal basta, para ele, como prova de que o sistema educacional precisa ser reinventado.

Para isso, pondera, são necessárias mais ações de educação e menos ações políticas. Ele cita, como exemplo de ação política, “o enorme gasto com livros didáticos”.

Na gaveta

Na opinião de Jaime Pinsky, para fazer com que a escola pública tenha qualidade e siga ampliando sua capacidade de receber alunos, é preciso investir no professor. Sem citar nomes, Pinsky relata que dois ocupantes recentes do Ministério da Educação, um no governo Fernando Henrique Cardoso e outro já no governo Lula da Silva, ouviram suas idéias e as consideraram ‘maravilhosas’, mas o projeto ainda dorme numa gaveta oficial. “Por isso digo que não é um problema educacional, mas sim de vontade política”, insiste. O uso da estrutura da rede escolar seria a plataforma para a implantação dos programas de requalificação. E os docentes do ensino fundamental, os primeiros beneficiados. Pinsky aposta num aumento vigoroso da auto-estima dos profissionais, condição essencial, na sua opinião, para se obter a melhoria da qualidade do ensino.

Basicamente, ele defende a



GUSTAVO CUNHA

“O regime de cotas ataca um sintoma, mas não resolve o problema”

deflagração de um grande projeto nacional de requalificação, liderado por universidades públicas e fundações que recebem verbas governamentais. Essas instituições teriam parte de suas dotações financeiras condicionadas ao seu engajamento nesse programa em favor dos professores. O objetivo seria impactar o sistema educacional com a criação de cursos de um a dois anos. Depois, o seguimento de uma rotina de atualizações para manter o professor interessado na progressão de suas capacitações.

Isto não acontece, segundo Pinsky, porque “é muito mais interessante para os governos fazerem acordos com os municípios em torno da doação de livros. O prefeito aparece, o deputado local aparece, todo mundo aparece, enquanto trabalhar com o professor não traz dividendos políticos”, ataca.

O educador admite a existência de boas iniciativas da União e de alguns governos estaduais, mas que não resolvem porque, segundo ele, atuam apenas “no varejo” e não atacam a grande massa dos docentes. “Não estou falando de programas que requalificam 1% ou 2% dos professores em quatro anos, tempo de um governo. Na prática, essas iniciativas são saídas demagógicas localizadas, que

dão uma qualificação diferenciada para poucos professores”. Depois desses cursos, comenta, muitos deles não querem voltar para a sala de aula, passando a aspirar a um cargo de supervisor de ensino ou diretor.

Trabalho de base

Instigado a opinar sobre a tese de outro conhecido educador, o senador Cristovam Buarque, pré-candidato do PDT à Presidência, que, em entrevista à APJ publicada no domingo passado (28/05), defendeu a separação de 1% do Orçamento da União para a educação, Pinsky repetiu que o problema não é apenas de verba. “Não quero ser leviano e contraditar Cristovam Buarque, que é uma pessoa muito séria, dizendo que não é necessário um sistema novo de verba. Claro que isso é necessário, mas só mais verba não vai resolver”, complementa.

Seu projeto de requalificação de professores visa especificamente o ensino fundamental, “onde tudo começa”. Na sua opinião, nesse

ponto do processo educacional é possível produzir soluções que vão gerar bons frutos por décadas adiante e evitar problemas no ensino superior. Soluções desse tipo, que visam projetar um futuro de vinte anos ou mais, não podem ser confundidas com iniciativas destinadas a corrigir distorções históricas por exigência de pressões sociais, acrescenta.

Cotas sociais

Jaime Pinsky considera um erro a perenização de medidas de impacto que, mesmo surtindo efeito em curto prazo, passam a ser consideradas soluções permanentes. Sua formação de historiador o impele a considerar que “tratamentos de choque”, como o sistema de cotas para negros nas universidades públicas, são um modelo provisório de intervenção no problema da inclusão educacional. “É uma solução circunstancial que não pode ser para sempre, como a CPMF”, afirma.

“Ao contrário dos economistas, que nunca acertam sobre o futuro, o historiador é um modesto adivinhador do passado”, brinca Jaime Pinsky. “Eu sou historiador e acho que está claro, mesmo para os mais renitentes defensores do modelo de cotas, que isso é uma coisa provisória”, acrescenta. Na sua opinião, o sistema de cotas não pode ser um modelo permanente. “Tenho absoluta convicção de que este sistema vai levar a distorções extremamente graves, inclusive reacendendo alguns problemas de caráter racial que nós não temos”, alerta.

No entender do educador, medidas de choque devem ter um prazo de validade e novas soluções devem ser estudadas, como a iniciativa da USP, de criar um percentual de vagas a mais para alunos oriundos de escolas públicas. Tudo isso, afirma, atua nos sintomas: é como dar um antifebril. Vai resolver o problema da febre, mas não a causa. “A solidão dos professores é uma coisa dramática. Quando você cria atividades e valoriza os professores, eles se sentem profundamente orgulhosos da missão que têm”, observa. A solução para o problema educacional, conclui, é investir nessa chama.

Luciano Martins Costa e
Mônica Paula | Agenda BR

Diretor Fernando Mauro M. Salemo; Secretário Executivo Osmar Lemos; Coordenador Geral Fernando Magalhães Portella; Núcleo Editorial Eugênio Araújo, João Jabbour, Nelson Homem de Mello e Wilson Marini; Editor Executivo Luciano Martins Costa; Reportagem Alceu Castilho (Brasília); Mônica Paula (São Paulo); Edição de Arte Prata Design

APJ Esta página é publicada, simultaneamente, nos jornais da Rede APJ: Correio Popular, Cruzeiro do Sul, Comércio da Franca, Diário da Região, Diário do Grande ABC, Folha da Região, Gazeta de Ribeirão, Jornal da Cidade, Jornal de Jundiá, Jornal de Limeira, Jornal de Piracicaba, O Diário de Mogi, O Imparcial, O Liberal, Tribuna Imprensa e ValeParalibano. Circulação total 413 mil exemplares.